

## DIREITOS HUMANOS

## Moçambique ainda tem muitos desafios pela frente

**MOÇAMBIQUE ainda tem muitos desafios pela frente no que diz respeito aos direitos humanos, segundo constatou o primeiro relatório da Ordem de Advogados de Moçambique (OAM), lançado ontem na cidade de Maputo.**



Advogados querem contribuir para uma maior abordagem aos direitos humanos

Conforme Nair Teles, uma das pesquisadoras envolvidas na produção do relatório, que se pretende anual, "o país ainda tem muito a caminhar nas questões de género, do idoso, albinismo e segurança alimentar, por exemplo".

Entretanto, reconheceu que há avanços significativos, na medida em que já se estabelece um diálogo permanente entre o Governo e a sociedade civil.

O documento produzido pela Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados (CDHOAM)

avaliou o grau de cumprimento dos direitos humanos e os pontos fracos na implementação dos mesmos em 2015.

Portanto, mereceram a atenção do estudo o acesso à justiça, o sistema prisional e execuções arbitrárias, direitos sociais e económicos, grupos vulneráveis e minorias, tráfico de pessoas, liberdade de imprensa e acesso à informação e investimento

estrangeiro.

Nair Teles congratulou a OAM por ter apostado num estudo que envolveu as componentes social e jurídica, pois, conforme prosseguiu, permitiu explorar a problemática dos Direitos Humanos de forma mais profunda.

Por outro lado, segundo Ivete Mafundza, presidente da CDHOAM, as fontes para o relatório foram outros produzidos por

entidades nacionais e internacionais sobre o país, entrevistas e a apresentação e aplicabilidade dos instrumentos legais nacionais.

"O nosso objectivo é contribuir para a discussão sobre o assunto, denunciar as violações e deixar recomendações para que o cenário possa melhorar", referiu Ivete Mafundza.

Por sua vez, Flávio Menete, bastonário da OAM, disse que a

esperança é que os resultados divulgados no relatório levem a conhecimento da sociedade a situação dos direitos humanos no país.

"Neste trabalho os cidadãos encontrarão o elenco de leis, regulamentos, decisões judiciais e procedimentos administrativos relevantes neste domínio, com indicação dos que necessitam de revisão", acrescentou o bastonário.